

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

04

PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO EM 08.03.2016, ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, OBJETIVANDO A MÚTUA COOPERAÇÃO PARA O FUNCIONAMENTO DOS CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 125/2010 DO CNJ, VISANDO A PRESTAÇÃO DE APOIO TÉCNICO-JURÍDICO (Processo Administrativo nº 8516160-69.2017.8.06.0000)

AD1/TCT N.º 02/2016

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambé, em Fortaleza - CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente TJCE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Francisco Gladysson Pontes, e pela Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, Desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves no uso de suas atribuições legais, e a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.014.521/0001-23, com endereço na Av. Pinto Bandeira, nº 1111, Bairro Luciano Cavalcante, Fortaleza - CE, neste ato representada pela Defensora Pública-Geral Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, doravante denominada DEFENSORIA, resolvem celebrar o presente Aditivo ao Termo de Cooperação Técnica firmado em 08/03/2016, atendidas as cláusulas e condições adiante enunciadas

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

Fundamenta-se o presente Instrumento

- a) na solicitação da Desembargadora Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, constante no processo nº 8516160-69.2017.8.06.0000;
- b) nas disposições contidas no art. 57, II, c/c art. 116, da Lei nº 8.666/93, com as suas atualizações;
- c) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, datado de 24/11/2017, devidamente aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Constitui objeto deste Instrumento prorrogar por 24 (vinte e quatro) meses, com início em 08/03/2018 e

AD1/TCT N.º 02/2016



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

término em 08/03/2020, o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** tem por objetivo, em atenção à Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a mútua cooperação entre os partícipes para o funcionamento dos **Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC**, que já estejam em funcionamento na Capital e no interior e também em relação àqueles que vierem a ser instalados pelo Poder Judiciário no Estado do Ceará, doravante denominados **CENTROS**, com vistas a promover a solução pacífica das demandas por meio da conciliação e mediação de conflitos.

§ 1º – O presente termo não envolve a extensão do **Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC** do Fórum Clóvis Beviláqua, nas dependências da DEFENSORIA – CEJUSC/DEFENSORIA, pois objeto de convênio específico.

§ 2º – As cláusulas e condições acordadas aplicam-se às extensões dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, em entidades parceiras.

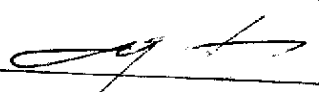
§ 3º – A atuação da Defensoria Pública no CEJUSCs instalados será condicionada à prévia avaliação da instituição sobre as condições de funcionamento.

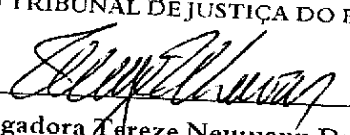
Cláusula Terceira – Da Ratificação

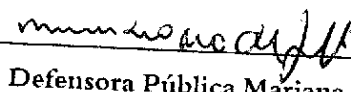
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por se encontrarem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza, 11 de setembro de 2017


Desembargador Francisco Gladysson Pontes
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ


Desembargadora Tereze Neumann Duarte Chaves
COORDENADORA DO NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS


Defensora Pública Mariana Lobo Botelho de Albuquerque
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Testemunhas: _____